



REFORMA TRIBUTÁRIA:
VOCÊ ESTÁ PREPARADO?

21^e22

AGOSTO 2025

ORÇAMENTO MUNICIPAL x RENÚNCIA DE RECEITA

Gissele Nunes e Jadson Prá

Realização:



A força contábil unida
pela valorização.



Patrocínio Diamante:

BETHA x MINSAIT



ASPECTOS CONCEITUAIS

RENÚNCIA DE RECEITAS: efeito concreto, monetariamente quantificável e negativo para o ente, decorrente de alguns tipos de benefícios por ele concedidos (disposições preferenciais da legislação) a um agente econômico ou ator social.

- **NÃO TRIBUTÁRIAS:** benefícios financeiros e creditícios
- **TRIBUTÁRIAS:** benefícios tributários (art. 14 da LRF)

RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA NA LRF

A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício **de natureza tributária** da qual decorra **renúncia de receita** deverá estar acompanhada de [...] 

- **TRIBUTO (Exercício ou Dívida Ativa)**
- **CORREÇÃO MONETÁRIA**
- **JUROS DE MORA**
- **MULTAS DE MORA**

RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA NA LRF

- 1. ANISTIA;**
- 2. REMISSÃO,**
- 3. CONCESSÃO DE ISENÇÃO EM CARÁTER NÃO GERAL;**
- 4. ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTA** (redução discriminada de tributos)
- 5. MODIFICAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO** (redução discriminada de tributos)
- 6. SUBSÍDIO;**
- 7. CRÉDITO PRESUMIDO;**
- 8. OUTROS BENEFÍCIOS** (tratamento diferenciado – Transação)

O CENÁRIO PÓS-REFORMA TRIBUTÁRIA

O FIM DA GUERRA FISCAL

O CENÁRIO PÓS-REFORMA TRIBUTÁRIA

O FIM DA GUERRA FISCAL - IBS

Art. 156-A. Lei complementar instituirá **imposto sobre bens e serviços (IBS)** de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

[...]

X - **não será objeto de concessão de incentivos e benefícios financeiros ou fiscais relativos ao imposto** ou de regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação, **excetuadas as hipóteses previstas nesta Constituição (IMUNIDADES)**;

O CENÁRIO PÓS-REFORMA TRIBUTÁRIA

O FIM DA GUERRA FISCAL - IBS

~~CONCESSÃO DE ISENÇÃO EM CARÁTER NÃO GERAL;
SUBSÍDIOS;
CRÉDITO PRESUMIDO;
MODIFICAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO (redução discriminada de tributos)~~

O CENÁRIO PÓS-REFORMA TRIBUTÁRIA

O QUE RESTOU DE AUTONOMIA AOS ENTES

O CENÁRIO PÓS-REFORMA TRIBUTÁRIA

O QUE RESTOU DE AUTONOMIA AOS ENTES - IBS

Poderão **definir sua própria alíquota**, por lei específica;
Caso **não definam, valerá a alíquota de referência** definida pelo Senado Federal
Será a **mesma para todas as operações**, ressalvada a CF/88.

ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTA (redução discriminada de tributos)

O CENÁRIO PÓS-REFORMA TRIBUTÁRIA

RENÚNCIAS DE RECEITA

O CENÁRIO PÓS-REFORMA TRIBUTÁRIA

RENÚNCIAS DE RECEITA DOS DEMAIS TRIBUTOS

- ✓ **ANISTIA;**
- ✓ **REMISSÃO,**
- ✓ **CONCESSÃO DE ISENÇÃO EM CARÁTER NÃO GERAL;**
- ✓ **ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTA** (redução discriminada de tributos)
- ✓ **MODIFICAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO** (redução discriminada de tributos)
- ✓ **SUBSÍDIO;**
- ✓ **CRÉDITO PRESUMIDO;**
- ✓ **OUTROS BENEFÍCIOS** (tratamento diferenciado - Transação)

OS REQUISITOS PARA CONCESSÃO **ANTES E DEPOIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA**

OS REQUISITOS PARA CONCESSÃO

1º REQUISITO (OBRIGATÓRIO)

LEI ESPECÍFICA

Qualquer **isenção, redução de base de cálculo**, concessão de crédito presumido, **anistia ou remissão**, relativos a tributos, só poderá ser concedido mediante **lei específica que regule exclusivamente as matérias** acima enumeradas **ou o correspondente tributo**.

NÃO ATENDE

criação ou prorrogação por decreto

lei genérica que delega ao Poder Executivo o poder de conceder

OS REQUISITOS PARA CONCESSÃO

2º REQUISITO (OBRIGATÓRIO)

ATENDER AO DISPOSTO NA LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve tratar do **equilíbrio entre receitas e despesas** e incluir, em seu **Anexo de Metas Fiscais**, o demonstrativo da estimativa e da **compensação da renúncia de receita** de forma a não comprometer o equilíbrio das contas públicas.

OS REQUISITOS PARA CONCESSÃO

2º REQUISITO (OBRIGATÓRIO)

ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE BENEFÍCIOS FISCAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

(I) Benefícios Fiscais que acarretam Renúncia de Receita						
Benefícios Tributários (Gastos Tributários)						
Tributo	Tipo de Renúncia ¹	Realizado <Ano - 2>	Previsão em <Ano - 1>	Previsão em <Ano de Referência>	Previsão em <Ano + 1>	Previsão em <Ano + 2>
ICMS ICMS (...) IPVA IPTU ISS Taxas Contribuições (especificar) (...)	Remissão Anistia (...)					
TOTAL						

FONTE: Sistema <sistema>, Unidade Responsável: <Unidade Responsável>. Emissão: <dd/mm/aaaa>, às <hh:mm:ss>. Assinado Digitalmente no dia

Nota: <listar as leis que produziram efeito no ano corrente, apresentando a vigência. Se não houver vigência definida, indicar "prazo indeterminado">

1 Os tipos de Renúncia de Receita são: anistia, remissão, isenção, crédito presumido, concessão em caráter não geral, alteração de alíquota ou de base de cálculo. Caso ocorra outro tipo de renúncia concedida, o ente deve especificá-la.

OS REQUISITOS PARA CONCESSÃO

2º REQUISITO (OBRIGATÓRIO) – ATENDER À LDO

TRIBUTOS	Espécie	IPTU¹	IPTU²	TFL³
TIPO DE RENÚNCIA	LRF	Isenção	Isenção	Anistia
REALIZADO (Ano - 2)	2024	R\$ 55.000		
PREVISÃO EM (Ano - 1)	2025	R\$ 60.000		
PREVISÃO EM (Ano Ref)	2026	R\$ 63.000	R\$ 100.000	R\$ 20.000
PREVISÃO EM (Ano +1)	2027	R\$ 70.000	R\$ 104.000	R\$ 24.000
PREVISÃO EM (Ano +2)	2028	R\$ 75.000	R\$ 109.000	R\$ 30.000

¹ Isenção para aposentados prevista no CTM, art. 212, inc. I - prazo indeterminado.

² Proposta de IPTU verde que concede isenção para imóveis que adotem práticas sustentáveis em suas propriedades.

³ Proposta de recuperação fiscal com desconto nos juros e nas multas de mora.

OS REQUISITOS PARA CONCESSÃO

3º REQUISITO (OBRIGATÓRIO)

ESTIMATIVA DE IMPACTO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

A **concessão ou alteração (ampliação)** de benefício tributário que implique **renúncia de receita** deve estar acompanhada de **estimativa do impacto orçamentário e financeiro** no exercício em que entrar **em vigor e nos dois seguintes**.

NÃO ATENDE

demonstrativo constante no AMF da LDO

alegação de que o impacto será positivo, mas sem comprovação

apresentação de valores históricos, sem mensuração do impacto

OS REQUISITOS PARA CONCESSÃO

4º REQUISITO (ALTERNATIVO)

RENÚNCIA CONSIDERADA NA ESTIMATIVA DE RECEITA

A renúncia de receita deve ser acompanhada de **demonstração de que foi considerada na estimativa de receita da LOA, na forma do art. 12**, e de que não compromete as metas fiscais da LDO. **(PROCESSO ORÇAMENTÁRIO)**

NÃO ATENDE

consideração em momento após a LOA

mera declaração de que foi considerada por constar na LDO

impacto ínfimo no orçamento

OS REQUISITOS PARA CONCESSÃO

4º REQUISITO (ALTERNATIVO)

MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO

A renúncia de receita deve ser compensada, no período exigido, por meio de aumento de receita decorrente da **elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou instituição de tributo ou contribuição. (LISTA TAXATIVA)**

NÃO ATENDE

ampliação da base contributiva com novas unidades habitacionais
diminuição da sonegação ou aumento do esforço fiscal
redução de despesas administrativas

AS RENÚNCIAS DE RECEITA NO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO MUNICIPAL

RENÚNCIA DE RECEITA X ORÇAMENTO MUNICIPAL

1) LDO DEMONSTRATIVO DE RENÚNCIAS DE RECEITAS

2) LOA { MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO (PLOA)
METODOLOGIA E PREMISSAS UTILIZADAS (RECEITA)

3) LEI ESPECÍFICA ESTIMATIVA DE IMPACTO + REQUISITOS



**DIRETORIA DE CONTAS DE GESTÃO (DGE)
COORDENADORIA DE RECEITAS PÚBLICAS (CRPU) - DIV 2**



(48) 3221-3954 | jadson.pra@tcesc.tc.br



Atendimento Virtual (www.tcesc.tc.br/agendamento-virtual)



Ouvidoria (www.tcesc.tc.br/ouvidoria)



7º SEMINÁRIO

DE PRÁTICAS DE **CONTABILIDADE**
APLICADAS AO **SETOR PÚBLICO**

REFORMA TRIBUTÁRIA: VOCÊ ESTÁ PREPARADO?

21^e22
AGOSTO 2025

Realização:



*A força contábil unida
pela valorização.*



Patrocínio Diamante:

BETHA X **MINSAIT**

